



ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE FAZENDA

NOTIFICAÇÃO Nº 016/25 - PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA – A Secretaria Municipal da Fazenda - Área de Dívida Ativa, NOTIFICA os proprietários listados a seguir a comparecer à Rua Luiz Passos Júnior, nº 50 – Centro – Caraguatatuba, S.P, no horário das 08:30 às 16:30 horas, para regularizar o débito pendente referente ao **IMPOSTO PREDIAL URBANO** no prazo de 10 (Dez) dias desta publicação, **sob pena PROTESTO e EXECUÇÃO FISCAL.**

Para maiores informações entrar em contato por e-mail: dividaativa.fazenda@caraguatatuba.sp.gov.br ou através dos telefones: (12) 3897-8182 / 3897-8222 / 3897-8166 – **WhatsApp (12) 99755-2601.**

Proprietário	Inscrição	Exercício	Tributo	Processo
FELIPE SIQUEIRA CARDOSO	09.383.035	2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	14.452/2022
ROSANGELA BOTELHO DE ALMEIDA GONCALVES	09.431.024	2020 a 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	15.893/2023
RAIDSON ANTERO PINTO	09.431.025	2020 a 2022	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	15.893/2023
OSTON JOSE PEDROZA	09.430.033	2021 a 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	20.308/2023
A&S BRASIL IMOVEIS LTDA	09.368.009	2022 e 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	20.582/2024
A&S BRASIL IMOVEIS LTDA	09.368.010	2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	20.582/2024
WAGNER RINALDIN DE ANDRADE	08.261.026	2022 a 2024	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	34.980/2019
ANTONIO EROLES	02.023.041	2022 e 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	46.207/2023
ALCIONE DE SOUZA MACIEL	07.377.028	2021 a 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	49.486/2023
VANDERLEI LIMA DE SOUZA	02.007.018	2020 a 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	14.350/2019
ESPOLIO DE JOSE RAIMUNDO GONCALVES DE SANTANA / JOÃO HELIO DE SOUZA	09.429.048	2021 a 2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	1.789/2019
WAGNER RINALDIN DE ANDRADE	08.261.026	2022 a 2024	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	34.980/2019
RODRIGO GOMES DE ASSIS	09.643.028	2024	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	6.014/2019
ADRIANO DEVAZA FIGUEREDO	09.575.028	2023	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL	11.764/2021

NOTIFICAÇÃO

Com base no que constam nos autos dos Processos Administrativos elencados, solicitamos o comparecimento dos cidadãos abaixo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de publicação desta, na Secretaria da Fazenda / Área de Tributos Diversos, da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, sito à Rua Luiz Passos Júnior, nº 50 – Centro – Caraguatatuba, S.P. no horário das 08:30 às 16:30 horas, para tratar de assuntos de seu interesse:

NOME	CPF	P.A
SILVIO ALEX DOS SANTOS NOVAES	342.***.***-05	11.352/2025

GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA	410.***.***-95	10.508/2025
FABIANA AMORIM DA SILVA	317.***.***-16	10.898/2025

SECRETARIA DE SAÚDE

EDITAL nº 02/25

Faz saber pelo presente edital a quem interessar possa, que animais apreendidos em 21/01/2025, em conjunto com a Polícia Militar Ambiental, conforme Auto de Apreensão Nº 678 referente à Denúncia Nº 44/2025.

Concede-se o prazo de 05 dias para comparecer neste setor situado a Av. Ministro Dilson Funaro, 115 – Jd. Britânia, para orientação e providências relacionadas aos animais. Caso contrário será dado andamento no Processo administrativo e a devida destinação aos animais.

Sendo os seguintes animais apreendidos:

Quantidade	Espécie
03	Coelhos
10	Patos
12	Galinhas/Galos

Dr. Raphael Ghetti Bauermann Oliveira
Secretário Municipal de Saúde

LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO DE EXTINÇÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 170/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024 – EDITAL Nº 112/2024. PROCESSO INTERNO Nº 31.689/2024 – PROCESSO DE COMPRA Nº 701/2024. OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE QUALIFICAÇÃO VIÁRIA DA AVENIDA PREFEITO GERALDO NOGUEIRA DE LIMA, BAIRRO PORTO NOVO – FASE 01. CONTRATADA: ENERGY ENERGIA E CONSTRUÇÃO LTDA. Por razões de interesse público e Acordo mútuo entre as partes, diante da impossibilidade de execução do contrato fica rescindido o Contrato nº 170/2024. - Assinatura: 07 de abril de 2025.

MATEUS VENEZIANI DA SILVA
Prefeito Municipal.

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

PE 003/2025 – PI 35578/24 – Edital 008/25, que tem por objeto o registro de preços de materiais de informática, e PE 104/2024 – PI 35582/24 – Edital 142/24, que tem por objeto o registro de preços de materiais de higiene bucal para montagem de kits. Fica suprimido o item 5.5, alínea “i” dos respectivos editais, em razão da unificação dos lançamentos de taxas mobiliárias e ISSQN na Certidão Mobiliária emitida pela Prefeitura. A alteração não impacta prazos ou propostas, conforme o §1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021. A sessão pública permanece em 10/04/2025, às 09h. Editais, comunicados na íntegra e demais informações: <https://portaldatransparencia.caraguatatuba.sp.gov.br>

Assinatura: 28/03/2025.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE
CARAGUATATUBA - FUNDACC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUNDACC Nº
08/2025

CREDENCIAMENTO FUNDACC Nº 01/2025
EDITAL Nº 08, DE 04 DE ABRIL DE 2025

CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS E FAZEDORES
DE CULTURA PARA COMPOR PROGRAMAÇÃO
CULTURAL DA FUNDACC

ETAPA 1 - CREDENCIAMENTO

A Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba - Fundacc, torna público a Classificação dos Credenciados, divulgando a primeira lista de classificados do Edital Nº. 08/2025, de acordo com a decisão da Comissão de Seleção:

CREDENCIADOS:

Classificação	Nome do artista/grupo/projeto	Nome do responsável	Pontuação
1	Rita Brugnerotti	Rosa Maria Rita Brugnerotti	60
2	Ricardo Magalhães	Ricardo Magalhães Pinto Júnior	60
3	Carlos Pallmer	Carlos Pallmer dos Santos	60
4	Mauro Moraes	Mauro Moraes	55
5	Paula Domingues dos Santos	Paula Domingues dos Santos	50
6	Evandro Ermelino	Evandro Ermelino	50
7	Luiz Fernando de Moraes Perna	Luiz Fernando de Moraes Perna	50
8	Aureo Henrique Leite dos Santos	Aureo Henrique Leite dos Santos	50
9	MB Grupo	Matheus de Lima Barbosa	50
10	Chorando na Viela	Matheus de Lima Barbosa	48
11	David Alves Da Silva	David Alves Da Silva	47
12	Marcio de Albuquerque de Jesus	Marcio de Albuquerque de Jesus	46
13	Mobilizar para Incluir	Carolina Branquinho Dias do Prado	35

NÃO CREDENCIADO

Nome do artista/grupo/projeto	Nome do responsável	Pontuação
Horizontes Culturais: Artes e Vozes da Inclusão	Carolina Branquinho Dias do Prado	0

Caraguatatuba, 10 de abril de 2025.

ADBAILSON WELLINGTON MOREIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 05/2025 - Edital nº 03/2025 - PC nº 10/2025

ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as informações do Pregão Eletrônico nº 05/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE ÁUDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, decide REVOGAR o referido certame, por conveniência administrativa, com fundamento no Artigo 71, inciso II da supracitada. Data 09/04/2025.

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 07/2025 - PC nº 16/2025

ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as informações do Dispensa de Licitação nº 07/2025, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL COM E SEM GÁS, decide REVOGAR o referido certame, por conveniência administrativa, com fundamento no Artigo 71, inciso II da supracitada. Data 09/04/2025.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI

Demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 3

Balancos patrimoniais 7

Demonstrações de resultados 8

Demonstração das mutações do patrimônio social 9

Demonstração dos fluxos de caixa 10

Notas explicativas às demonstrações contábeis 11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Senhores Diretores do Organização Social João Marchesi Penápolis - SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Organização Social João Marchesi, sua Sede Administrativa e suas organizações sociais com contratos firmados nos municípios de Caraguatatuba - SP, Penápolis - SP e Sete Lagoas - MG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social João Marchesi, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase - pronunciamentos contábeis

A Administração da Organização Social João Marchesi,

está em adequação com o processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em especial, CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, CPC 15 (R1) - Combinação de negócios e CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, e Normas Internacionais de Contabilidade e Lei 11.638/07 e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12 que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, devendo verificar mudanças que geram efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis durante exercício seguinte.

Ênfase – ajustes de exercícios anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEINº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados não foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram em 31 de dezembro de 2023 o valor líquido credor de R\$ 2.201.428.

Ênfase – entidade sem movimento operacional

A **Sede Administrativa – SP da Organização Social João Marchesi**, não apresentou movimentos significativos ou atividade operacional, financeira ou patrimonial durante o período de 31 de dezembro de 2024, evidenciando movimentação imaterial.

A **Unidade Sete Lagoas – MG da Organização Social João Marchesi**, não apresentou movimentos significativos ou atividade operacional, financeira ou patrimonial durante o período de 31 de dezembro de 2024, evidenciando movimentação imaterial.

Ênfase – patrimônio social negativo

A **Sede Administrativa**, apresentam patrimônio social negativo igual a zero.

A **Sede Administrativa e a Unidade Sete Lagoas – MG**, apresentam patrimônio social negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2024.

Auditoria do período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e não conteve modificação em nossa opinião, datada em 01 de julho de 2024.

Responsabilidade da Administração e da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis,

a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época

da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Penápolis, 31 de março de 2025.

Tecnoaud Auditores Independentes S/S CRC 2SP 016646/0-4

José Ribamar Tavares Torres da Silva CRC 1SP 127013/0-4

Organização Social João Marchesi Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

ATIVO	REF.	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	REF.	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		25.933.398	21.334.227	CIRCULANTE		11.699.483	9.960.190
Disponível	3	8.764.589	2.338.599	Fornecedores	11	1.756.535	2.466.030
Caixa		-	3.670	Obrigações Trabalhistas	12	2.839.405	1.882.590
Bancos Conta Movimento		14.498	53.040	Encargos Sociais a Pagar	13	943.826	925.279
Aplicações Financeiras		8.750.090	2.281.888	Obrigações Tributárias	14	262.129	22.672
Outros Créditos		17.168.809	18.995.628	Contas a Pagar	15	5.467	5.467
Valores a Receber	4	16.167.860	17.361.463	Outras Obrigações	16	2.221.395	1.121.657
Adiantamentos Diversos	5	190.793	695.306	Empréstimos e Financiamentos	17	28.551	30.724
Impostos a Recuperar	6	354.214	56.131	Provisões de Férias e Encargos Soc.	18	3.642.175	3.505.772
Outros Créditos	7	-	322.981				
Estoques	8	455.942	559.747				
NÃO CIRCULANTE		7.259.763	6.935.741	NÃO CIRCULANTE		4.570.229	4.221.774
Realizável a LP	6	4.572.009	4.223.314	Exigível a Longo Prazo:		4.570.229	4.221.774
Capital Banco Sieredi		1.780	1.540	Multa FGTS	19	4.570.229	4.221.774
Multa FGTS		4.570.229	4.221.774	Empréstimos PF		-	-
Imobilizado	10	2.687.754	2.712.427				
Terrenos		14.770	14.770				
Edifícios		2.524.644	2.524.644				
Computadores e Periféricos		91.591	66.853	PATRIMÔNIO SOCIAL	20.a	16.923.450	14.088.003
Móveis e Utensílios		624.920	510.747	Patrimônio Social		2.327.624	2.327.624
Maquinas e Equipamentos		1.290.497	1.208.849	Doações e Contribuições Patrimoniais		4.231	4.231
Veículos		262.692	262.692	Ajustes de Exercícios Anteriores	20.b	777.694	1.349.249
Outras Imobilizações		27.859	27.859	Superávit do Exercício	20.c	3.393.546	(259.737)
(-) Depreciação Acumulada		(2.149.219)	(1.903.988)	Superávit Acumulados		10.420.355	10.666.637
TOTAL DO ATIVO		33.193.161	28.269.968	TOTAL DO PASSIVO		33.193.162	28.269.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Organização Social João Marchesi Demonstração de resultados consolidado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais	100.307.909	96.067.459
Repasso Governo Federal	21.120.602	15.207.764
Repasso Municipal	78.837.580	77.214.640
SUS	349.728	2.621.828

Repasso Governo Estadual	-	543.821
Doações	-	479.406
Deduções Operacionais	-	-
Outras Receitas Operacionais	19.722.997	10.364.261
Donativos e Patrocínios	4.001.470	226.098
Rendas Diversas	1.842.053	431.327
Receitas Financeiras	73.008	91.318
Taxas Administrativas	1.070.600	753.709
Serviço Resid. Terapêutico	1.098.230	872.634
Nota Fiscal Paulista	262.792	237.669
Receitas de Isenção Usufruída	11.374.844	7.751.505
Total das Receitas	23	120.030.906
Despesas Operacionais	(116.637.360)	(106.691.457)
Pessoal	(46.571.103)	(44.105.836)
Serviços	(27.213.678)	(23.967.500)
Administrativas	(26.079.830)	(21.182.057)
Material Médico	(2.435.920)	(4.163.975)
Medicamentos	(2.652.477)	(4.416.917)
Depreciação e Amortização	(267.383)	(254.375)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	-	(778.177)
Despesas Financeiras	(42.123)	(71.114)
Despesas com Isenção Usufruída	(11.374.844)	(7.751.505)
Superávit / Déficit do Exercício	3.393.546	(259.737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Organização Social João Marchesi Demonstração das mutações do patrimônio social consolidado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Doações e Contrib. Patrimoniais	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit Acumulado	Resultado do Exercício	Total do Patrimônio Social
Saldos finais em 31.12.2022	2.293.220	4.231	(2.624.905)	13.428.108	1.777.057	14.877.711
Ajustes de Exercícios Anteriores			1.275.655	(4.538.528)		(3.262.873)
Movimentação do Exercício	34.404		2.698.498	1.777.057	(1.777.057)	2.732.902
Superavit / Déficit do Exercício					(259.737)	(259.737)
Saldos finais em 31.12.2023	2.327.624	4.231	1.349.249	10.666.637	(259.737)	14.088.003
Ajustes de Exercícios Anteriores			(571.555)			(571.555)
Movimentação do Exercício			13.456			13.456
Superavit / Déficit do Exercício					3.393.546	3.393.546
Saldos finais em 31.12.2024	2.327.624	4.231	791.149	10.666.637	3.133.809	16.923.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Organização Social João Marchesi Demonstração dos fluxos de caixa consolidado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Método Indireto	31/12/2024	31/12/2023
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
(A) Resultado Líquido Ajustado			
Superávit (Déficit) do Exercício		3.393.546	(259.737)
Depreciação e Amortização		267.383	254.375
Resultados Acumulados		-	-
Provisão de Férias			
Ajustes de exercícios anteriores		(533.117)	(533.117)
(=) Resultado Ajustado		3.127.812	(538.479)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante			
Contas a Receber		1.193.603	(222.315)
Estoques		103.805	39.818
Outros Créditos		322.981	(92.627)
Impostos a Recuperar		(298.083)	5.849
Adiantamentos		504.513	475.740
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante		1.826.819	206.465
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante			
Multa FGTS		(348.455)	(789.362)

Empréstimos PF		
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Não Circulante	(348.455)	(789.362)
(D) Acréscimo e Décrécimo do Passivo Circulante		
Fornecedores	(708.716)	(3.334.989)
Encargos Sociais	18.547	(98.277)
Obrigações Trabalhistas	908.902	(318.849)
Obrigações Fiscais	239.457	(147.882)
Contas a Pagar e Provisões	136.403	(597.524)
Serviços Médicos	-	-
Outras Obrigações	1.099.738	-
Parcelamento Tributário	-	-
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	1.694.330	(4.497.520)
(E) Acréscimo e Décrécimo do Passivo Não Circulante		
Multa FGTS	348.455	789.362
Empréstimos PF		
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	348.455	789.362
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)	6.648.961	(4.829.534)
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
(-) Aquisição do Imobilizado	(240)	(240)
(+/-) aumento/redução do Imobilizado	(220.559)	(393.366)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(220.799)	(393.606)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
(+) Empréstimos	2.173	8.383
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.173)	8.383
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	6.425.990	(5.214.757)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.338.599	7.553.356
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	6.425.990	(5.214.757)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	8.764.589	2.338.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Consolidadas do Exercício Findo em 31 de dezembro de
2024 e 2023.
(Em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI, aqui simplesmente denominada Associação, fundada no dia 06 (seis) de setembro de 1959 (mil novecentos e cinquenta e nove), é associação civil de direito privado, com duração indeterminada, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica, com sede social na Rodovia Sargento Luciano Arnaldo Covolan, Km 0 (zero) + 750 metros, tendo seu foro jurídico à comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Penápolis - SP, sob nº 402, a folhas 120 vº do livro A-1; que é regida pelo presente estatuto social, por seu Regimento Interno e pelas disposições legais aplicáveis.

UNIDADES ADMINISTRATIVA E DE ATENDIMENTO: SEDE ADMINISTRATIVA SÃO PAULO – SP

Rua Vergueiro, 2087, CJ 503, Sala 01, Vila Mariana, São Paulo – SP

CONVÊNIO FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIA CARAGUATATUBA – SP

Luiz Passos, nº 50, Centro Caraguatuba – SP

CONVÊNIO FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS - SP

Rodovia Sargento Luciano Arnaldo Covolan, Km 0 (zero), Penápolis – SP

CONVENIO FIRMADO COM O MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS - MG

Tr. Juarez Tanure, 15, Centro, Sete Lagoas - MG

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2024, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil. Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26 R5) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

2.2. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm números de identificação nos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

2.3. Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Entidade procurou adotar as interpretações técnicas emitidas pelos CPCs e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.4. A Administração da entidade está em andamento com o processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais e Lei 11.638/07 e deverá adotar os pronunciamentos que não foram observados neste exercício e que possam gerar efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis, no exercício seguinte.

2.5. A SEGUIR SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA ENTIDADE:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC-TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 5) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

b) Outros Ativos Circulantes e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Constituídos por Créditos de Funcionários,

Impostos a Recuperar, Adiantamento a Fornecedores, Apropriação de Seguros e Contas a Pagar, reconhecidos pelos valores efetivamente registrados.

c) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos: A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevante de curto prazo que se qualificassem a serem ajustadas).

d) Imobilizado: Os Ativos Imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 04 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27 R4)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e) Passivo Circulante: Os Passivos Circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f) Prazos: Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante.

g) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do Balanço.

h) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do Balanço.

i) Provisões contingenciais: A Entidade, por considerar inexistente, não está apurando e apropriando, as possíveis contingências existentes na data de seu balanço, para fazer face às perdas estimadas por seus advogados.

j) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. As doações sem destinação específica são reconhecidas como receita quando recebidas.

k) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

3. DISPONIBILIDADES

Os valores disponíveis incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

	31/12/2024	31/12/2023
Disponível	8.764.589	2.338.599
Caixa	-	3.670
Bancos Conta Movimento	14.498	53.040
Aplicações Financeiras	8.750.090	2.281.888

4. VALORES A RECEBER

Os valores a receber, refere-se a Convênio Sus a receber, repasses e verbas municipais e federais, verbas de provisionamento e transferência entre contas.

Demonstrados da seguinte forma em 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a Receber	16.167.860	17.361.463
Penápolis	207.322	208.366
Convênio SUS a Receber	207.322	207.322
Consórcio Micro Região	-	1.044
CARAGUATUBA	15.960.538	17.153.098
Repasse a Receber Municipal 5206-4	10.151.166	10.151.166
Repasse a Receber Federal 5307-2	-	5.408.957
Repasse a Receber Provisionamento 5207-1	766.555	766.555
Repasse a Receber- TA 24 - 5976-2	147	147
Repasse a Receber - 13.006.097-5	4.154.497	302.451
Repasse a Receber - 13.006.098-2	-	73.406
Repasse a Receber - 13.006.104-8	888.173	-
Repasse a Receber - 13.006.890-4	-	75
Repasse a Receber - 13.006.911-8	-	450.340

A Organização Social João Marchesi considera que não há risco quanto ao recebimento de seus créditos, motivo pelo qual não constitui provisão para recebimentos duvidosos.

5. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Os adiantamentos diversos, refere-se a adiantamento de salários, fornecedores, férias e caução, depósitos judiciais e outros créditos.

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	190.793	695.306
Penápolis	55.201	28.115
Adiantamento de Salários a Empregados	30.279	3.981
Adiantamento de Férias	18.703	13.790
Adiantamento de Fornecedores	315	137
Deposito Judicial	5.904	5.904
Adiantamento de Viagem	-	4.303
Caraguatubá	135.593	618.934
Adiantamento de Salários	-	356.546
Adiantamento 13º Salário	-	136
Adiantamento a Fornecedores	-	4.589
Arredondamento de Salários	-	738
Adiantamento Férias	119.093	240.425
Caução	16.500	16.500
Sete Lagoas	-	3.402
Adiantamento 13º Salário	-	15
Adiantamento a Fornecedores	-	2.490
Outros Créditos	-	897
Sede Administrativa	-	44.854
Adiantamento a Fornecedores	-	44.854

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar refere-se a IRRF retido, PCC Retido, FGTS e INSS a recuperar.

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a Recuperar	354.214	56.131

7. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos, refere-se a valores que estão sendo classificados e a recuperar, transferência entre contas, seguros antecipados,

depósito judicial trabalhista, e recebíveis do Projeto dengue.

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Créditos	-	322.981
Valores a Classificar	-	45.909
Despesas a Recuperar	-	16
Valores a Recuperar	-	3.661
Seguros	-	423,88
Transf. entre contas.	-	162.094
Deposito Judicial - Recurso Trabalhista	-	110.878

8. ESTOQUES

Saldo refere-se às mercadorias materiais médicos, de gênero alimentício e medicamentos em estoque para aplicação na produção. Mensalmente são apurados os custos de aplicação e efetuado os devidos ajustes, assim como a recuperação dos tributos incorridos.

	31/12/2024	31/12/2023
Estoques	455.942	559.747

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Saldo refere-se principalmente a multa de FGTS.

	31/12/2024	31/12/2023
Realizável a LP	4.572.009	4.223.314
Capital Banco Sicredi	1.780	1.540
Multa FGTS	4.570.229	4.221.774

10. IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. Em 2024 foi avaliado pelo ajuste de avaliação patrimonial, conforme NBCTG 1000(R1).

	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado	2.687.754	2.712.427
Terrenos	14.770	14.770
Edifícios	2.524.644	2.524.644
Computadores e Periféricos	91.591	66.853
Móveis e Utensílios	624.920	510.747
Maquinas e Equipamentos	1.290.497	1.208.849
Veículos	262.692	262.692
Outras Imobilizações	27.859	27.859
(-) Depreciação Acumulada	(2.149.219)	(1.903.988)

As depreciações são computadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos bens, calculados individualmente.

11. FORNECEDORES

As notas fiscais e outros documentos que acompanham mercadorias e produtos são registradas contabilmente à medida que são recepcionadas com possíveis encargos, após a devida conferência.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	1.756.535	2.466.030

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

As obrigações trabalhistas são reconhecidas e apropriadas quando de suas ocorrências, estando demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço.

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Trabalhistas a Pagar	2.839.405	1.882.590

Representado principalmente por salários a pagar e contribuição

assistencial a pagar.

13. ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Os encargos sociais são reconhecidos e apropriados quando de suas ocorrências, estando demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço, sendo contabilizada, quando pertinente, a atualização de multa e juros calculada sobre os impostos pendentes de pagamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos Sociais a Pagar	943.826	925.279

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As Obrigações tributárias são reconhecidas e apropriadas quando de suas ocorrências, estando demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço, sendo contabilizada, quando pertinente, a atualização de multa e juros calculada sobre os impostos pendentes de pagamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações Tributárias	262.129	22.672

15. CONTAS A PAGAR

As Contas a Pagar são reconhecidas e apropriadas quando de suas ocorrências, estando demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço, sendo contabilizada, quando pertinente, a atualização de multa e juros calculada sobre os impostos pendentes de pagamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Pagar	5.467	5.467

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Saldo referente a transferência entre contas realizadas.

	31/12/2024	31/12/2023
Transferência Entre Contas	2.221.395	1.121.657

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Saldo refere-se a empréstimos e financiamentos junto a instituição financeira Sicredi.

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	28.551	30.724

18. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A provisão de férias e encargos sociais são reconhecidas e apropriadas quando de suas ocorrências, estando demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço, sendo contabilizada, quando pertinente, a atualização de multa e juros calculada sobre os impostos pendentes de pagamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para encargos sociais	3.642.175	3.505.772

19. EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

Saldo referente a multa de FGTS, calculada e apurada mensalmente, conforme exigência contratual.

	31/12/2024	31/12/2023
Multa FGTS	4.570.229	4.221.774

20. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio é composto por patrimônio social, ajuste de

exercícios anteriores, resultado do exercício e resultados acumulados.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Social	a) 16.923.450	14.088.003
Patrimônio Social	2.327.624	2.327.624
Doações e Contribuições Patrimoniais	4.231	4.231
Ajustes de Exercícios Anteriores	b) 777.694	1.349.249
Superávit do Exercício	c) 3.393.546	(259.737)
Resultados Acumulados	10.420.355	10.666.637

a) O Patrimônio Social está demonstrado em 31/12/2024 no montante de R\$ 16.923.450 e em 31/12/2023 no montante de R\$ 14.088.003.

b) Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados NÃO foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram o valor líquido de R\$ 777.694.

c) O resultado do exercício está demonstrado em 31/12/2024 por um superávit no montante de R\$ 3.393.546 e em 31/12/2023 por um déficit no montante de R\$ (259.737).

22. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

A entidade por considerar inexistente, não vem apurando as contingências.

23. RECEITAS

As receitas a entidade estão demonstradas da seguinte forma em 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Operacionais	100.307.909	96.067.459
Repasso Governo Federal	21.120.602	15.207.764
Repasso Municipal	78.837.580	77.214.640
SUS	349.728	2.621.828
Repasso Governo Estadual	-	543.821
Doações	-	479.406
Outras Receitas Operacionais	19.722.997	10.364.261
Donativos e Patrocínios	4.001.470	226.098
Rendas Diversas	1.842.053	431.327
Receitas Financeiras	73.008	91.318
Taxas Administrativas	1.070.600	753.709
Serviço Resid. Terapêutico	1.098.230	872.634
Nota Fiscal Paulista	262.792	237.669
Receitas de Isenção Usufruída	11.374.844	7.751.505
Total das Receitas	120.030.906	106.431.720

24. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS USUFRUÍDAS

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2024 e de 2023, correspondem aos montantes de R\$ 11.374.844 e R\$ 7.751.505 respectivamente.

25. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos

mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre FOPAG, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

26. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, foram utilizados estimativas e julgamentos para a contabilização de certos ativos e passivos e no registro de receitas e despesas do exercício. Portanto os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

27. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Com o objetivo de permitir análises adicionais, a Entidade apresenta como informações complementares, a Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme segue:

Fluxo de Caixa – A demonstração de fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto, de acordo com a NPC 20 do IBRACOM – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e da Deliberação 547 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários que aprova Pronunciamentos Técnicos CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábeis que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades da Entidade.

O fluxo de caixa está dividido entre atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES:

a) **Seguros:** Os valores envolvidos na contratação de Seguros, são em bases técnicas que se estimam adequadas para cobrir a ocorrência de eventuais sinistros.

b) **Instrumentos Financeiros - (i) Gerenciamento de Risco:** A Entidade não realiza operações envolvendo Instrumentos Financeiros com a finalidade especulativa.

c) **Valores de mercado:** Durante o exercício de 2024, os valores de mercado das disponibilidades, contas a receber e a pagar, aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido à natureza de curto prazo das mesmas.

d) **Controles Operacionais:** A entidade continua em plena implantação de um novo modelo de gestão contábil e financeiro, de sistemas e de controles internos, inclusive com a contratação de especialistas em cada área relevante da entidade, no intuito da adequada apuração de seus demonstrativos contábeis e financeiros já no exercício seguinte e de melhorias nas informações operacionais.

Organização Social João Marchesi

Claudemir Rueda Pinto Presidente
CPF: 035.763.698-80

Marcela Groppo Moreira Guimarães Contadora
CRC ISP 263.595/O-6



CARAGUATUBA
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO